

Relatório de Comemoração do Dia 26 de Junho – Dia Internacional Contra Abuso e Tráfico de Drogas Ilícitas



Bissau, Junho de 2021

1.Introdução

À semelhança dos anos anteriores, 26 de Junho não passou despercebido na Guiné-Bissau. O ato solene de comemoração do Dia Internacional Contra Abuso e Tráfico de Drogas Ilícitas teve lugar na Assembleia Nacional Popular (ANP) com a presença de 85 Deputados da Nação, decisores políticos, vários representantes de organizações internacionais, da Sociedade Civil e líderes de opinião.

Além do ato comemorativo ter sido marcado com discursos político-sociais, houve a entrega de materiais publicitários para a campanha de prevenção ao tráfico e ao consumo de drogas e aos demais crimes organizados transnacionais.

Outrossim, para a consciencialização dos Deputados e políticos em geral sobre a problemática da droga foi realizado um seminário da *Advocacia de Alto Nível*, com a apresentação de dois importantes temas sobre o narcotráfico e o consumo de drogas na Guiné-Bissau. Os conteúdos e as imagens que falam por si da verdadeira realidade do país passaram e deixaram importantes mensagens de reflexão para os Deputados da Nação. Assim, por interesse dos Deputados da



Nação, pediram e irão organizar um atelier de dois dias para falar do narcotráfico e do consumo de drogas, a fim de aprofundarem conhecimentos sobre este flagelo na Guiné-Bissau.

2. Fase preparativa para a comemoração do Dia 26 de Junho

O Dia 26 de Junho, Dia Internacional contra Abuso e Tráfico de Drogas Ilícitas é comemorado todos os anos na Guiné-Bissau. Este ano, o Observatório Guineense da Droga e da Toxicodependência (OGDT), em parceria com a Liga Guineense dos Direitos Humanos e o Escritório das Nações Unidas Contra a Droga e Crime (UNODC), decidiu organizar-se melhor para levar a comemoração do ato solene ao palco do hemiciclo guineense. Esta actividade insere-se no projeto “ *Reforçar a resposta do setor da justiça e segurança ao tráfico de droga e crime organizado transnacional para assim reduzir a insegurança na Guiné-Bissau, financiado pelo United Nations Peacebuilding e conjuntamente implementado pelo PNUD Guiné-Bissau, UNODC-United Nations Office on Drugs and Crime e OIM – UN Migration*”.

E tudo começou através de contato direto com a direção da Liga e com a representação da UNODC na Guiné-Bissau. Em seguida, houve troca de correspondências, através de e-mails, com o Representante da UNODC, além de inúmeras comunicações telefónicas.

Com ideias bem assentes sobre o que se pretende fazer nesse dia, o Secretário Executivo do OGDT dirige uma carta ao Presidente da ANP (Assembleia Nacional Popular) que prontamente foi aceite, embora para materialização dessa anuência por parte do Presidente da ANP, os responsáveis da OGDT e da LGDH encetaram vários contatos junto da Comissão Especializada para a Defesa e



Segurança, como da Comissão Especializada para Assuntos Constitucionais e Direitos Humanos, assim como com o Presidente e a 2ª Vice-Presidente da ANP.

Assim, a parte logística foi pormenorizadamente preparada e executada pela UNODC e OGDТ para que o evento tivesse uma dimensão mais digna à altura dos deputados da nação.

Nas vésperas do dia 25 de Junho de 2021, o Secretário Executivo do OGDТ e o Vice-presidente da Liga desdobraram-se em contato, reunindo-se com o



Presidente da ANP Eng.º Cipriano Cassamá em sua casa, e, em seguida, sob a orientação do Presidente do Parlamento, tiveram encontros de trabalho na ANP, tanto com o Presidente da Comissão Especializada para a Defesa e Segurança, como com o Presidente da Comissão Especializada para Assuntos Constitucionais e Direitos Humanos, a fim de se

concertarem para organizarem melhor as actividades programadas que serão desenvolvidas na Sede da ANP para a celebração do Dia 26 de Junho.

Por fim, houve uma reunião na Liga Guineense dos Direitos Humanos para últimos acertos no dia 24 de Junho de 2021.

Além disso, também foi produzida uma Nota de Imprensa enviada a todos os órgãos de comunicação social. Também se elaborou uma Declaração de Compromisso que deveria ser assinada pelo Presidente do ANP e pelos dirigentes de Sociedade Civil proponentes.

3.Comemoração do Dia 26 de Junho na Assembleia Nacional Popular (ANP)

O ato solene teve lugar no dia 25 de Junho de 2021, devido a que o dia 26 de Junho deste ano coincidiu com o sábado.

A sessão de abertura começou ao meio-dia e contou com a presença de 85 Deputados da Nação, sob a Presidência da Segunda Vice-presidente da Assembleia Nacional Popular, a Sra. Adja Satú Camará.



Além dos Deputados marcaram a presença representantes de organizações internacionais, activistas dos Direitos Humanos, representantes de Sociedade Civil, associações juvenis, plataformas políticas de mulheres, líderes religiosos, tradicionais e de opiniões, entre outras individualidades.

Antes de tudo, em cumprimento das regras de praxe da casa, a Segunda Vice-presidente da Assembleia Nacional Popular fez a abertura da Sessão da ANP e aproveitou-se para anunciar aos digníssimos Deputados da Nação que dariam uma hora ao OGDТ e à Liga Guineense dos Direitos Humanos, e juntamente com todos os Deputados, comemorem o Dia 26 de Junho, Dia Internacional

contra Abuso e Tráfico de Drogas Ilícitas, seguida de um seminário da *Advocacia de Alto Nível* com os decisores políticos e os líderes de religiosos, tradicionais e de opiniões.

Após esta curta intervenção da Sra. Adja Satú Camará, o OGDТ e a Liga assumiram as rédeas e o ato solene propriamente dito da comemoração do dia 26 de Junho teve o seu início com todas as honras reservadas.

Os discursos políticos e sociais voltados ao combate ao tráfico de drogas e todas as formas de crime organizado transnacional dominaram a sessão de abertura.

O Presidente da Comissão Especializada para Assuntos Constitucionais e Direitos Humanos, o Eng.º Higino Monteiro, foi o primeiro a usar de palavra. Começou por enaltecer a importância da celebração do Dia Internacional contra Abuso e Tráfico de Drogas Ilícitas no hemiciclo da Assembleia Nacional Popular, porque é sinal forte de que os Deputados devem engajar-se nessa luta, que muitas das vezes é entendida como da responsabilidade do Governo e das ONG afins, também demonstrou o respeito pelo papel que os Deputados têm como mandatários do povo. Falou da necessidade das comissões especializadas da ANP se articularem para promoção de ações de formação e de reflexão dos Deputados nas temáticas ligadas ao consumo e ao tráfico de drogas na Guiné-Bissau. Da sua parte, demonstrou engajamento pessoal para trabalhar em colaboração com Observatório Guineense da Droga e da Toxicodependência e a Liga Guineense dos Direitos Humanos, onde o papel das organizações juvenis é extremamente importante para combater principalmente o consumo de drogas no seio da camada juvenil.

Em seguida, era a vez do Secretário Executivo do OGDТ subir à tribuna para falar de forma sábia do tráfico e do consumo de drogas na Guiné-Bissau e no mundo em geral.



Além de endereçar saudações efusivas a todos os presentes, dá ênfase à Campanha Internacional de Prevenção às Drogas que anualmente é realizada pela UNODC «em Viena, onde é lançado o Relatório Mundial de Drogas, contendo informações atualizadas do mundo todo sobre o consumo, produção e tráfico de drogas» para melhor situar os digníssimos deputados sobre a importância desse evento.

Ainda, citou de modo pedagógico a Resolução 42/112 de 7 de Dezembro de 1987 que instituiu o dia 26 de Junho como o Dia Internacional Contra Abuso e Tráfico de drogas Ilícitas, cujas *«medidas dão suporte ao compromisso mundial de combate ao crime transnacional ratificado pela Declaração do Milénio»*.

Depois, com um olhar crítico voltado à preocupação interna sobre o tráfico e o consumo de drogas que têm estado a aumentar no país, frisou o seguinte:

«Como é sabido que o consumo abusivo de quaisquer substâncias psicoactivas cria a vulnerabilidade física, emocional e social, colocando muitas das vezes os

consumidores de drogas em riscos de vida com a prática de violência doméstica, assaltos à mão armada, acidentes de trânsitos e problemas de saúde, tais como doenças sexualmente transmissíveis, Hepatites e HIV-SIDA.

Assim sendo, o aumento do tráfico e o consumo de drogas a nível planetário, em particular em África, e em especial na Guiné-Bissau, constitui uma preocupação enorme e merece uma reflexão profunda de todos os actores sociais.

A problemática da droga não deve estar centrada apenas nas ações penais, mas sim, mais inclusivo no plano da sociedade e da cultura. As novas políticas devem basear-se em estudos científicos e não em princípios ideológicos».

Por fim, falou dos últimos dados de consumidores de drogas citados no relatório da UNODC em 2020, antes de chamar a atenção e lançar alerta aos Deputados de que «a prevenção e a sensibilização para a mudança de comportamentos são as melhores armas para combater o vício, reduzir os riscos para a saúde e minimizar os danos. O aumento deste fenómeno social no século XXI atingiu gravemente as instituições primárias de socialização como: a família, a Escola, o Estado e a Igreja, sobretudo na formação global do ser humano na sociedade. Por isso, em termos de resposta deve-se dar importância a uma abordagem completa envolvendo de instituições de saúde, direitos humanos, justiça criminal e serviço social. A magnitude do problema de uso abusivo de drogas, verificada nas últimas décadas, ganhou proporções tão graves que hoje é um desafio da saúde pública».

O Dr. Vitorino Indequê, Vice-presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos tomou a palavra e saudou os Deputados presentes no hemiciclo, tendo ainda felicitado «a Assembleia Nacional Popular, particularmente o seu Presidente Eng.º Cipriano Cassamá, pela sábia decisão de se juntar a esta



iniciativa da sociedade civil e dos seus parceiros internacionais, para, em conjugação de esforços, definirmos a melhor estratégia de combate ao tráfico de drogas na Guiné-Bissau».

Com foco na questão interna, fez breves referências aos dados de consumidores de drogas publicadas pela UNODC no seu relatório, dizendo aos Deputados:

«Embora não dispomos de dados estatísticos atualizados sobre o consumo de droga na Guiné-Bissau, percebe-se à vista desarmada, pelas evidentes manifestações de atividades ilícitas, que o país tem contribuído sobremaneira para este aumento vertiginoso do tráfico e do consumo de drogas no continente africano».

O mais desmotivador neste cenário é a falta de comprometimento sério, tanto das autoridades políticas, quanto das judiciais no combate a este flagelo que a cada dia vem reduzindo o potencial da juventude da nossa população.

O elevado índice de pobreza extrema no país, inexistência de investimento público no setor de ensino aliado a corrupção endêmica que grassa a Administração Pública guineense, são fatores que militam a favor de crescimento de atividade ilícita de tráfico de drogas e do branqueamento de capitais na Guiné-Bissau».

Com certa magistralidade fez feliz ligação entre o uso de drogas e a crise sanitária provocada pelos coronavírus, demonstrando a urgência de todos se juntarem para fazer face a estes flagelos. Nas suas palavras dirigidas aos Deputados começou por dizer que *«segundo o Relatório mundial sobre a droga, a pandemia de COVID-19 agravou ainda mais a desigualdade social e a falta de oportunidade de emprego, o que pode levar a que mais pessoas se enveredem pelo consumo e/ou tráfico de drogas»*.

Nesta perspetiva, urge uma maior mobilização nacional, começando por esta augusta assembleia, casa do povo, onde a vontade e a aspiração deste devem ser fielmente interpretados e rigorosamente materializados, para enfrentar com eficácia o fenómeno da criminalidade organizada e tráfico de drogas.

Visto que, as boas práticas internacionais evidenciam que a luta eficaz contra tráfico de drogas requer uma participação ativa da sociedade civil para a construir uma opinião pública informada e crítica sobre os riscos associados ao tráfico de droga. Pois, o combate à criminalidade organizada, nomeadamente corrupção, branqueamento de capitais, terrorismo e tráfico de drogas reclama uma concorrência coletiva de todos os segmentos da sociedade.

Aliás, esta problemática não deve ser vista como um assunto de exclusiva competência das instituições públicas, muito menos, das entidades judiciárias. Ele deve merecer uma atenção especial da sociedade civil e da comunidade internacional para assegurar a adopção de medidas adequadas na prevenção, transparência no combate, respeito pelos direitos humanos nas investigações e aplicação incólume das normas criminais pelas instituições judiciárias».

A II Vice-presidente da ANP, Sra. Adja Satú Camará, foi quem presidiu o evento em representação do Presidente da ANP, Eng.º Cipriano Cassamá. Disse que



não veio com o discurso preparado, mas de improviso, começou por louvar a iniciativa do OGD, da Liga e UNODC por se terem juntado aos parlamentares para a comemoração do Dia Internacional Contra Abuso e Tráfico de Drogas Ilícitas na sede da ANP.

Falando por experiência própria, disse ter vivenciado e confrontado com a problemática da plantação de liamba por alguns jovens da sua região (Quinará) nas plantações do arroz sem que os seus pais soubessem, porque não sabiam o que era. Na qualidade de Deputados da zona, foram chamados para resolver problemas de alguns jovens das aldeias que se suspeitavam que estavam a ser perseguidos pelos polícias. Porém, só quando chegaram lá com a polícia é que descobriram a verdade.

Sendo um fato real, pediu aos Deputados que passassem abordar o assunto com os seus eleitorados quando estiverem em contato direto com a população, do outro lado, falou da pertinência do evento dessa natureza, na medida em que a temática da droga deve ser assumida pelos políticos, normalmente, dos digníssimos Deputados da Nação enquanto representantes do povo da Guiné-Bissau. Ela reforçou ainda a ideia de que o tempo disponibilizado para a celebração do dia internacional contra a droga era insuficiente para ilustrar os males que a droga pode causar no seio da camada juvenil, por isso, prometeu

promover, em articulação com a Comissão Especializada para a Defesa e Segurança e demais bancadas parlamentares, uma formação de dois dias, no sentido de serem facultados com informações e instrumentos legais de combate ao consumo e ao tráfico de drogas.



Foto: Representante do UNODC na Guiné-Bissau entrega banner a Segunda Vice-Presidente do ANP Sra. Adja Satú Camará

4. Seminário da Advocacia de Alto Nível

Além do ato político, o exercício da Advocacia de Alto Nível foi o momento mais marcante este ano na comemoração do Dia 26 de Junho na Guiné-Bissau. A abordagem pedagógica da matéria sobre o «*Desafios no Combate à Criminalidade Organizada, em Especial Trafico de Drogas*» e os «*Malefícios do Consumo de Drogas*» apresentados por Dr. Francisco Júlio Sanhá e Mestre Abílio Aleluia Có Júnior demonstraram o que realmente se passa e todo o mundo ficou perplexo.

O Dr. Francisco Júlio Sanhá coordenador da Comissão Interministerial de luta contra a Droga começou a sua apresentação com a exibição de um documentário sobre a última grande apreensão da droga na Guiné-Bissau, baptizada com o nome da Operação Carapau. Em poucos minutos conseguiu



reavivar a memória dos Deputados da Nação e fez-lhes crescer mais vontade e interesse pelo tema que ele iria desenvolver. Posto isso, fez o desenvolvimento do seguinte sumário:

- I. Introdução;
- II. Sistemas de controlo de drogas;
- III. Contexto nacional;

- IV. Rotas de tráfico;
- V. Dados estatísticos;
- VI. Desafios no combate à criminalidade organizada.

Logo na introdução, de uma forma resumida, contou a história da produção, do tráfico e do consumo de drogas desde antiguidade até aos nossos dias, destacando uso de drogas nas cerimónias, em ritos mágicos e na medicina.

Outrossim, falou da transformação do tráfico de drogas em *«delitos internacionais mais graves, cometido de forma organizada»*, levando os diferentes governos a regulamentarem *«a produção, a venda e o consumo de drogas»*, bem como restringirem *«seu uso às necessidades médicas e científicas»*.

Em seguida, conduziu aos parlamentares a grandes reflexões sobre diferentes convenções internacionais que formam a base do sistema internacional de controlo de drogas, como a Convenção de 1961 sobre Estupefacientes, a Convenção de 1971 sobre Substâncias Psicotrópicas e a Convenção de 1988 sobre o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, que foram rectificadas pela Assembleia Nacional Popular (ANP).

Depois disso, citou os órgãos das Nações Unidas para o controlo de drogas como o Conselho Económico e Social das Nações Unidas, a Comissão de Estupefacientes e Órgão Internacional de Controle de Estupefacientes (OICS), dizendo o que cada um faz.

No âmbito nacional, no que diz respeito à criminalização e repressão, fez referência a leis aprovadas pelos Deputados, Decreto-Lei nº1/76 de 21 de Maio, conhecida como Lei de Combate à Droga e Decreto-Lei nº 2-B/1993, de 28 de Outubro relativa a estupefacientes. Demonstrou que grandes novidades da nova lei se alicerçaram na criminalização de novos tipos de drogas, clarificação de atribuições e competências e exclusividade de investigação reservada à Polícia Judiciária (PJ). Também os bens declarados perdidos a favor do Estado se destinam ao combate ao tráfico, à prevenção de consumo e ao tratamento e reinserção de toxicodependentes. Por fim, o sistema nacional de controlo será coordenado por Comissão Interministerial de Combate à Droga.

Após ter tratado da matéria do quadro legal a nível nacional e internacional, Dr. Francisco Júlio Sanhá entrou propriamente dito no tema, falando da frágil situação político-governativa e do narcotráfico na Guiné-Bissau. Com imagens que falam por si e meias palavras que dizem tudo, demonstrou o panorama do tráfico e não houve quem não fosse tocado. Infelizmente não deu para ninguém reagir por limitação do tempo, mas a maioria dos Deputados «falou calado».

No entanto, para sustentar suas afirmações com provas, falou dos países produtores de drogas, das rotas e de tráficos terrestres, aéreos e marítimos, aliciamento e envolvimento de altas figuras do Estado no mundo do crime organizado transnacional, demonstrando diferentes formas como a droga é camuflada ou disfarçada em mercadorias e viaja por este mundo fora.

No que diz respeito aos dados estatísticos a nível nacional, 2019 foi de maior apreensão, 2910kg, seguida de 2020, com 6,477kg



Foto: arquivo do OGD

O Mestre Abílio Aleluia Có Júnior tomou a palavra para falar os Deputados dos malefícios do consumo de drogas. Antes de falar do consumo propriamente dito, fez a apresentação da cadeia do tráfico de drogas, desde o produtor, passando pelo traficante até chegar ao consumidor final, o toxicodependente, para depois definir a droga segundo a OMS. Em seguida, chama a atenção sobre a classificação jurídica da droga em lícita e ilícita, dando exemplo de cada tipo com imagens nítidas. Também fez a classificação da droga em termos do seu funcionamento no sistema nervoso central (SNC) quanto ao seu comportamento no organismo, em drogas depressoras, estimulantes e perturbadoras, com os respectivos exemplos ilustrativos.



Apresentou os dados do consumo mundial, mas por falta do estudo da prevalência nacional, cada ONG tem seus próprios dados. O Observatório Guineense da Droga e da Toxicodependência tem os dados da «Dissertação de Mestrado sobre consumo de droga entre os jovens na Guiné-Bissau (OGDT,2013)» e ENDA SANTÉ possui os dados do Estudo Bio comportamental com usuários de drogas injectáveis na Guiné-Bissau (ONG-ENDA,2020).

Mesmo sem dados fiáveis, mostrou fotos de alguns usuários de drogas com 14 anos de idade em 2014, 10 anos de idade em 2018 e 8 anos de idade em 2020. Uma situação preocupante e que cada vez se torna degradante.

Sobre tipo de drogas mais consumidas, destaca canábis, crack e MDMA, em que a última foi introduzida recentemente e se usa mais nas festas, discotecas, baptizados e piqueniques. Por sua vez, explicou ainda que o MDMA e/ou MD como é chamado pelos adolescentes e jovens usuários de droga viralizou no país, é a segunda droga mais consumida neste momento no seio da camada juvenil.

As consequências sociais do consumo de drogas foram representadas por fortes imagens de acidentes de trânsito, violência física, psicológica e doméstica, assalto à mão armada, assassinatos, entre outros. No que diz respeito a problema de saúde pública, enumerou vários efeitos negativos como VIH/SIDA, enfarte agudo do miocárdio, AVC hemorrágico, esquentamento, sífilis, cancro de mama, problemas psicossociais (mentais), impotência sexual e aborto prematuro.

6. Impacto e resultados esperados

O ato em si constitui um marco, devido a sua dimensão sociopolítica. Pois é raro, organizar e realizar, com sucesso, uma ação solene de tamanha envergadura na Assembleia Nacional Popular. O impacto foi bastante positivo, a começar pela abertura total do Presidente e a recepção de entidades organizadoras do evento, impressionaram sobremaneira toda a gente neste período difícil que o país atravessa, levar à discussão da Plenária da ANP, a questão do tráfico de drogas e demais crimes organizados transnacionais.

O interesse pelos temas abordados da parte de Deputados demonstrou quanto foram tocados e ficaram sensibilizados com o que ouviram e viram através das imagens exibidas. Prova disso, foi o pedido feito pela Segunda Vice-presidente da ANP para que fosse organizada mais uma sessão de dois dias no mês de Novembro para permitir os Deputados debaterem o assunto com mais profundidade.

De imediato e de uma forma resumida, pode-se apontar como grandes ganhos, os seguintes resultados:

1. Adquiridos conhecimentos (pelos deputados) sobre a dimensão do narcotráfico na Guiné-Bissau;
2. Reforçadas as atitudes e capacidades de reflexão, de análises críticas e alerta sobre qualquer forma de criminalidade organizada transnacional;
3. Deputados sensibilizados e predispostos a engajar-se no combate ao tráfico de drogas, legislando e aprovando demais leis;
4. Deputados disponíveis a participar nas campanhas de prevenção do consumo de drogas nos respectivos círculos eleitorais;
5. Promovido com maior desenvolvimento, engajamento de deputados em acções da defesa dos Direitos Humanos.

Com estes resultados, tanto na dimensão nacional, como internacional, dá-se sinais de que se caminha para a afirmação de engajamento e compromisso de deputados no combate ao crime organizado transnacional, como o branqueamento de capitais, o tráfico e o consumo de drogas na Guiné-Bissau.

